



Ata da 13ª (décima terceira) Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Altaneira, realizada no dia 14 (quatorze) de Abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), 1ª (primeira) Sessão Legislativa da 17ª (décima sétima) Legislatura.

Às 17 (dezesete) horas do dia 14 (quatorze) de abril de 2025 (dois mil e vinte e cinco), na sede do Poder Legislativo, situada à Rua Padre Luiz Antônio, nº 389 (trezentos e oitenta e nove), Centro, reuniu-se em Sessão Ordinária de forma presencial, os integrantes da Câmara Municipal de Altaneira sob a Presidência do Presidente Vereador Valmir Brasil e secretariados pela Vereadora Professora Ana Maria. Pelo Termo de Comparecimento registrou-se a presença dos Vereadores: Júnior do Povo; Paulo Geaneo; Paulo Robson; Professor Deza Soares; Professor Nonato e Zé de Zuza. A ausência da Vereadora Tia Janne foi justificada devido a problemas de saúde. Havendo assim número regimental de Parlamentares, o Presidente declarou aberta a Sessão, fazendo a dispensa da leitura da Ata anterior, que foi previamente distribuída às bancadas, que não apresentaram ressalvas, sendo aprovada pelos Parlamentares presentes. **EXPEDIENTE:** Item 1: Projeto de Lei nº 016/2025, do Poder Executivo, que dispõe sobre a revogação da Lei Municipal 857/22, que trata sobre concessão de diárias a servidores – matéria encaminhada pela Presidência da Casa à Comissão Permanente para análise e emissão de Parecer –; Item 2: Edital de Convocação, da Presidência da Casa, para Sessão Itinerante da Câmara Municipal de Altaneira, a ser realizada no dia 02 de Maio de 2025, sexta-feira, no Distrito do São Romão e Item 3: Ofício nº 195/2025, da Secretaria Municipal de Saúde, em resposta aos Ofícios nºs 045 e 05/2025/GP. **TEMA LIVRE:** A Vereadora Professora Ana Maria parabenizou os aprovados na nova prova da seleção do município, ao mesmo tempo em que manifestou solidariedade aos candidatos que não lograram êxito. Na oportunidade, retomou as denúncias envolvendo a banca organizadora do certame, relembrando sua fala anterior sobre a falta de credibilidade da mesma, que, apesar das diversas reclamações registradas, permaneceu conduzindo o processo seletivo. Destacou, ainda, irregularidades apontadas, como a alteração nas notas de alguns candidatos aprovados. Também abordou a proposta encaminhada à Justiça pela gestão municipal referente aos salários em atraso dos servidores contratados do mês de dezembro, a qual prevê o parcelamento em seis vezes, com início em julho. Considerou a proposta como absurda e desrespeitosa, reafirmando que tal medida não atende às expectativas dos Vereadores e tampouco da população. Agradeceu às pessoas que lhe enviam mensagens de apoio por seus posicionamentos na Casa Legislativa. Quanto às críticas que recebe, mencionou que, em sua maioria, decorrem do fato de não estar "seguindo ordens de ninguém". Por fim, reafirmou seu compromisso com o povo altaneirense, reforçando que continuará lutando pelo bem da coletividade, sempre apoiando projetos que tragam benefícios à população, independentemente de quem seja o autor das proposições. Em seu tempo regimental, o Vereador Professor Nonato externou sentimento de pesar às famílias altaneirenses que enfrentam momentos de luto atualmente. Em seguida, relembrou sugestão anteriormente feita à Prefeita Késia, para que não mais conceda credibilidade à empresa responsável por diversas falhas no processo seletivo municipal. Considerou que os altaneirenses sentem-se "envergonhados e prejudicados por uma seleção desastrosa", citando como exemplo denúncias de participantes que publicaram registros em redes sociais feitos no local da prova, enquanto seus nomes constavam como ausentes na lista de presença. Tratando da proposta de parcelamento dos vencimentos de dezembro em seis vezes, classificou a medida como uma "aberração", expressando seu desejo de que o Poder Judiciário não aceite tal proposta, sob o risco de se confirmar a má vontade da administração pública em quitar os débitos com os servidores. O Parlamentar também relatou ter recebido, ao transitar pela cidade, diversas reclamações sobre a precariedade da iluminação pública, mencionando relatos de cidadãos que estariam há mais de dois meses "no escuro". Solicitou, assim, que a Chefe do Executivo tome



as providências cabíveis para sanar o problema. Na área da educação, destacou demandas trazidas por mães de crianças atípicas, que relataram a existência de salas de aula com até quatro crianças com necessidades específicas sendo assistidas por apenas um cuidador, além de ausência de terapias e demora nos agendamentos necessários. O Vereador Paulo Robson iniciou sua fala manifestando sentimentos de pesar às famílias altaneirenses enlutadas, especialmente à família do senhor Damião de Assaré e à família da senhora Mauricélia Alencar, expressando solidariedade à Vereadora Tia Janne, cunhada da falecida, e ao senhor João Dácio. Na sequência, relatou sua participação na reunião da comissão do precatório, realizada com o objetivo de fiscalizar o rateio das sobras do Fundeb, no valor superior a R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). Informou que os trabalhos estão sendo conduzidos pelo servidor Diego, presidente da comissão, que está analisando detalhadamente a documentação dos profissionais para garantir um rateio justo, com base em critérios como carga horária e tempo de serviço. Destacou, ainda, sua participação no sábado letivo na Escola 18 de Dezembro, onde acompanhou diversas apresentações culturais promovidas pela Secretaria de Educação, com destaque para o projeto Arca e o espetáculo "Terreiro de Maria", obra que resgata as memórias da parteira conhecida como Mãe Gulora. Ressaltou o caráter emocional e histórico da apresentação, anunciando que outras exposições ocorrerão, como no Festival de São Romão. Ainda no âmbito cultural, registrou sua presença no Encontro dos Caretas, promovido pela Secretaria de Cultura no ginásio poliesportivo. Parabenizou o secretário Clécio e toda a equipe pela organização do evento. Na área esportiva, destacou sua participação no XCM de Brejo Santo, ao lado de outros atletas altaneirenses, parabenizando especialmente os ciclistas Felipe Almeida, Elis Pio, João Victor, Igor e o professor Adeilton. Ressaltou o desempenho dos atletas, mesmo os que não subiram ao pódio, e agradeceu o apoio dos colaboradores que viabilizaram a participação no evento. Parabenizou também o governo municipal pela passagem dos 100 (cem) dias de gestão, completados no último dia 12. Reconheceu os desafios enfrentados no início do mandato e destacou a articulação para a realização de uma audiência pública a fim de apresentar à comunidade as ações desenvolvidas até o momento e, de antemão, apresento um balanço das principais ações do Executivo nas áreas de finanças, infraestrutura, saúde, assistência social e educação. Seguidamente, o Vereador Professor Deza Soares, assim como seus antecessores, solidarizou-se com as famílias enlutadas já mencionadas anteriormente, justificando, em seguida, sua ausência na abertura da 1ª Copa William de Futsal do Distrito São Romão, devido a compromissos de viagem. Sobre o parcelamento dos salários de dezembro, reforçou a crítica já apresentada por outros parlamentares, reiterando que os servidores públicos não devem ser penalizados por irregularidades administrativas, e que tanto a antiga quanto a atual gestão têm responsabilidade na busca de uma solução. Destacou que continuará cobrando o pagamento integral e imediato dos vencimentos. Referente ao processo seletivo, lembrou ter sido o primeiro parlamentar a denunciar falhas da empresa responsável, a qual classificou como irresponsável e incompetente e endossou as críticas dos demais Vereadores, reafirmando a necessidade de responsabilização pelos erros cometidos. Na área ambiental e de infraestrutura, relatou demandas da população por ações de limpeza e poda, ressaltando a necessidade de articulação entre as secretarias para uma atuação mais eficaz. Também mencionou críticas quanto à implantação da educação em tempo integral, destacando que, por tratar-se de uma continuidade e não de uma nova política, a atual gestão teve tempo suficiente para corrigir falhas herdadas. Quanto a situação das crianças atípicas, informou que recebeu reivindicações de famílias sobre a ausência de acompanhamento adequado e sugeriu a realização de uma reunião com os responsáveis para planejar e propor ações, além de apenas cobrar. Por fim, também abordou os 100 (cem) dias da nova gestão, defendendo que a Prefeita deve comparecer à Câmara para prestar contas das ações realizadas, bem como cada secretário de pasta, a fim de apresentar um balanço comparativo entre a situação anterior e os avanços promovidos, e ressaltou que a cobrança por transparência e resultados é dever tanto da oposição quanto da base governista. Em aparte, o Vereador Paulo Robson reforçou que ele, como Presidente da Comissão Permanente, já foi



procurado pela gestão que apresentou proposta para a realização de uma audiência pública, que deverá ser agendada conforme a disponibilidade da Prefeita, dos secretários e da própria comissão. Retomando sua fala, o Vereador Professor Deza Soares ressaltou que tem atuado com coerência no Legislativo, mantendo-se aberto ao diálogo com o Executivo e sem impor obstáculos às solicitações do governo, desde que estejam alinhadas com os interesses da população. Afirmou que seu compromisso é com o bem coletivo, destacando que fazer oposição não significa ser contra todas as ações da gestão, mas sim apoiar aquilo que for benéfico para o povo. Após, o Vereador Júnior do Povo expressou pesar às famílias enlutadas e fez duras críticas aos primeiros 100 (cem) dias da atual gestão municipal, classificando o período como um “desgoverno”. Ele destacou que, segundo dados dos portais de transparência, já foram gastos mais de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais) apenas com assessorias externas, sem retorno prático à população. Criticou a falta de especialidades médicas, a ausência de exames laboratoriais pagos pelo município, e a não realização de licitações para medicamentos. Quanto à educação, o Vereador afirmou que a escola de tempo integral não está sendo aplicada corretamente, funcionando apenas meio período. Denunciou ainda o aumento no valor do transporte escolar, que quase dobrou, e questionou a desclassificação de empresas no processo licitatório. Sobre a merenda escolar, propôs uma visita para verificar a qualidade dos alimentos oferecidos às crianças. Criticou duramente a empresa contratada para a realização da seleção no município e para a jornada pedagógica, acusando-a de falhas graves e cobrança por serviços não executados. Segundo ele, há indícios de irregularidades que serão encaminhados ao Ministério Público. Finalizou cobrando que a Prefeita pague os servidores contratados que trabalharam em dezembro, afirmando ser inadmissível a situação atual, e alertou sobre o uso indevido de programas federais como se fossem realizações da gestão municipal. A posteriori, o Vereador Paulo Geaneo manifestou pesar às famílias de Damião, Chico de Zaú e a família Evangelista. Comentou sobre o Seguro Safra, informando que o secretário esteve na Casa Legislativa e ficou de dar um retorno sobre a situação, relatando que tem recebido muitas cobranças da população e solicitou novas informações ao secretário, caso estejam disponíveis. Agradeceu à empresa Cagece pela regularização dos atendimentos no município após sua manifestação em sessão anterior. Por fim, solicitou à gestão municipal atenção urgente para a estrada do Açude Novo, destacando as dificuldades enfrentadas pelos moradores, especialmente as crianças, que têm perdido aulas devido às más condições da via. Fazendo uso do tempo regimental de líder do governo na Casa, o Vereador Paulo Robson trouxe esclarecimentos a questionamentos anteriores e rebateu críticas de ausência de governo, afirmando que, ao contrário do que foi dito, há entrega de serviços públicos, independentemente da origem dos recursos — sejam eles federais, estaduais ou municipais. Destacou o esforço da gestão em manter parcerias e atender aos critérios exigidos para assegurar os programas. Enfatizou avanços em diversas áreas, como educação agricultura, cultura e meio ambiente. Em seguida, defendeu que, mesmo diante de dificuldades, muito tem sido feito, e que a Prefeita e os secretários irão apresentar todas as ações de forma detalhada em audiência futura. Por fim, comentou que o tempo integral nas escolas será retomado ainda este mês, conforme diálogo com o secretário de educação, e esclareceu que a merenda escolar oferece apenas uma refeição atualmente por não estar em regime integral. Sequentemente, o Presidente Valmir Brasil fez registro sobre a realização da primeira Copa William de Futsal do Distrito São Romão, evento que contou a sua e também com a participação do Vereador Zé de Zuza. Aproveitou a oportunidade para parabenizar toda a equipe da Secretaria de Cultura pela organização do evento. Em relação às críticas à gestão, afirmou que estas são importantes para auxiliar na administração, pois ajudando na identificação de áreas que precisam de melhorias. Sobre o seguro safra, lembrou que o secretário Cier já forneceu explicações claras na Casa sobre o assunto, esclarecendo que o erro relacionado ao benefício foi deixado pela gestão anterior. Contudo, reforçou sua confiança no trabalho do atual secretário, que, ainda de acordo com ele, está empenhado em garantir que os agricultores não percam o benefício. Em uma questão de ordem, o Vereador Júnior do Povo destacou que, assim como o



atual secretário da pasta veio à Casa para prestar esclarecimentos, a ex-secretária também deveria comparecer, uma vez que, apesar da mudança na liderança, os técnicos permanecem os mesmos.

ORDEM DO DIA: Item 1: Parecer nº 022/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 013/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a criação de gratificação por desempenho de função para servidores efetivos lotados no Departamento de Recursos Humanos do Município de Altaneira. Após a leitura do Parecer favorável pela admissibilidade, o Relator Júnior do Povo externou que “já é de praxe” que ele não vote em nenhum projeto dessa natureza, pois, segundo ele, a Prefeita terá um grande desafio e que a propositura é “um tiro no pé, porque se ela está dando gratificação para um setor, ele vai ter que dar para outro”. Na discussão da matéria, o Vereador Professor Nonato registrou que seria uma incoerência de sua parte não votar nessa propositura, diante de seus posicionamentos dos últimos 4 (quatro) anos. Relembrou que sempre votou todas as criações de empregos afirmando que a responsabilidade de gerir os recursos é da gestão, logo, se a Prefeita teve a iniciativa de encaminhar à Casa o projeto, ela deve estar preparada. Apesar de sua posição favorável a matéria, registrou que se entristece com o fato de a gestão possuir recurso para conceder gratificação, enquanto alega não possuir o mesmo recurso para realizar os pagamentos dos servidores contratados do mês de dezembro. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos Parlamentares presentes.

Item 2: Parecer nº 023/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 014/2025, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre alterações dos anexos I e II da Lei 684/2017 para criar o cargo em comissão de subprocurador-geral, no âmbito da Procuradoria Geral do Município. Após a leitura do Parecer contrário, o Relator Júnior do Povo externou que a propositura é “nua e crua um acordo político da Prefeita”. Prosseguiu e afirmou que a Prefeita que criar um cargo de subprocurador-geral com remuneração quase equivalente ao do procurador-geral, de R\$ 6.000 (seis mil reais), apesar de já existir um subprocurador na função, enquanto os demais subprocuradores recebem R\$ 2.500 (dois mil e quinhentos). Segundo ele, essa situação evidencia a desvalorização da profissão. O Relator também destacou que o município já possui seis cargos que desempenham a mesma função e, mesmo alegando falta de recursos para efetuar os pagamentos, decidiu criar mais um. Após, o Vereador Zé de Zuza fez pedido de vista e a solicitação foi concedida pela Mesa Diretora.

Item 3: Parecer nº 020/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 004/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da listagem de medicamentos disponíveis e em falta destinados exclusivamente à distribuição na farmácia básica do município e outras unidades de saúde de Altaneira-CE dá outras providências. Tendo pedido vista na sessão anterior, o Vereador Paulo Robson esclareceu que a solicitação foi devido a necessidade de se inteirar mais sobre o assunto, desculpando-se, no ensejo, por não ter conseguido se dedicar tanto ao projeto durante o período que esteve tramitando na Comissão Permanente devido a quantidade de matérias também na Comissão e demais demandas decorrentes da escola onde leciona. Seguindo, relatou que tentou, sem sucesso, agendar reuniões com a farmácia municipal para discutir o projeto e, por isso, como já mencionado, fez um pedido de vista. Após uma visita à farmácia, percebeu que, embora o projeto se baseasse na Lei Federal nº 14.654, que exige a divulgação quinzenal da lista de medicamentos, ele propunha a divulgação diária, o que seria inviável. Assim, sugeriu emendas ao projeto, como a remoção da exigência de listas impressas diárias e a substituição pela divulgação quinzenal nos portais oficiais da saúde. Também propôs que, em caso de falta de medicamentos, o município divulgasse a informação e a previsão de reposição. Desse modo, sugeriu que o projeto fosse enviado de volta à comissão para uma discussão mais detalhada antes da votação, colocando-se à disposição para mais esclarecimentos. O Vereador Júnior do Povo solicitou esclarecimentos quanto aos trâmites das matérias. O Vereador Professor Deza Soares esclareceu que entende como legítima a solicitação do Vereador Paulo Robson entendendo que podem ser propostas emendas de Plenário. O Vereador Júnior do Povo informou que posteriormente, como autor da matéria, pedirá destaque as emendas



e, passando a defesa da propositura, ressaltou a importância da transparência na gestão pública, destacando que o projeto visa facilitar o acesso à informação sobre os medicamentos disponíveis nas farmácias municipais. Ele explicou que a medida visa beneficiar cidadãos, especialmente os que não têm acesso fácil à internet ou se deslocam grandes distâncias para buscar medicamentos. Enfatizou ainda que o projeto não acarretaria custos significativos para o município, uma vez que as informações já são geradas automaticamente pelo sistema, com a possibilidade de apenas serem impressas nos locais de atendimento. Ademais, defendeu que o sistema integrado possibilitará maior controle e transparência na gestão dos recursos públicos, além de fornecer dados sobre os estoques e a origem dos medicamentos. O Vereador Professor Nonato ressaltou a importância da propositura para garantir transparência e agilidade na gestão das farmácias municipais, afirmando que o projeto facilitará o acesso dos cidadãos aos medicamentos disponíveis e em falta, além de tornar a gestão mais eficiente. Sugeriu ainda a instalação de painéis eletrônicos nas farmácias e a divulgação das informações nas redes sociais, para que todos, mesmo sem acesso à internet, possam se informar. O Vereador Professor Deza Soares, como defensor do meio ambiente, manifestou apoio à emenda do Vereador Paulo Robson, que propõe substituir o envio físico da listagem de medicamentos por meios digitais. Ele destacou que a impressão diária de dezenas de páginas é agressiva ao meio ambiente e pouco eficiente, considerando o baixo número de pessoas que consultariam a lista fisicamente. Ressaltou que já existe uma política de redução do uso de papel na Câmara, em favor da economicidade e sustentabilidade, e defendeu que a transparência pode ser mantida com meios eletrônicos, sem necessidade de material impresso. Em aparte, o Vereador Paulo Robson esclareceu que suas emendas ao projeto não alteram sua essência, que é garantir a transparência na divulgação dos medicamentos disponíveis na rede pública. Ele destacou que as mudanças propostas visam apenas adequar o texto à Lei Federal n.º 14.654. Reforçou que consultou profissionais da área, como a coordenadora da farmácia, que apontaram a inviabilidade de imprimir diariamente até 62 (sessenta e duas) páginas por unidade. Concluiu afirmando que é dever do Parlamentar ouvir os setores afetados e contribuir com melhorias, e que, apesar de respeitar o projeto, não poderia votar a favor sem essas alterações, por entender que, da forma atual, o texto traz exageros. De volta com a fala, o Vereador Professor Deza Soares ressaltou que sua única ressalva à propositura do Vereador Júnior do Povo diz respeito ao encaminhamento físico das listagens. No entanto, reconheceu que os demais pontos da matéria têm fundamento, especialmente no que diz respeito à transparência e à prestação de contas. Assim, declarou que votará favoravelmente ao projeto. Também esclareceu que não houve um novo pedido de vista à matéria e que se houvesse havido entendimento com as proposições em Plenário, que são legítimas, sendo aceitas, retornaria à Comissão para sua avaliação e retorno ao Plenário. O Vereador Júnior do Povo lembrou que o projeto em discussão foi protocolado no dia 25 (vinte e cinco) do mês de fevereiro e que é muito cobrado por ser o Relator da Comissão Permanente e seguir os prazos. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo obtido o seguinte resultado: Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professor Deza Soares, Professor Nonato, Professora Ana Maria e Zé de Zuza: votos favoráveis. Vereador Paulo Robson: abstenção. Matéria aprovada pela maioria. Item 4: Requerimento nº 043/2025, de autoria da Vereadora Tia Janne, solicitando urgente reforma e revitalização do Mercado Público Municipal de Altaneira-CE. Após o anúncio da matéria, o Presidente concedeu a palavra ao vereador Júnior do Povo, uma vez que o mesmo pediu vista à matéria. Lembrou ainda que os Vereadores Professor Nonato, Paulo Geaneo e Professora Ana Maria já discutiram a matéria na sessão anterior, por isso, regimentalmente, não podem discutir novamente. Fazendo uso da fala, o Vereador Júnior do Povo informou que fez visita aos cidadãos que fazem uso de algum box no mercado público municipal e estes lhe relataram preocupação com a situação, alegando que não dispõem de outro lugar para trabalhar. No ensejo, relatou ainda que os trabalhadores pontuaram que entendiam a necessidade da reforma e que os mesmos forneceram sugestões para tentar resolver a situação durante o período da reforma. Diante disso, o Vereador



relembrou que o requerimento pede urgência, porém, defendeu que a gestão deve realocar os trabalhadores antes do início da reforma, antecipando que não é contra a propositura. Diante disso, fez um segundo pedido de vista sob alegativa de buscar uma solução. O pedido de vista foi posto em votação através do sistema nominal de votação, tendo obtido o seguinte resultado: Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professor Deza Soares, Professor Nonato, Professora Ana Maria e Zé de Zuza: votos favoráveis. Vereador Paulo Robson: voto contrário. Matéria aprovada pela maioria. Item 5: Solicitação de Urgência, do Poder Executivo, na apreciação do Projeto de Lei nº 016/2025, do Poder Executivo, que dispõe sobre a revogação da Lei Municipal 857/22, que trata sobre concessão de diárias a servidores. Na discussão da matéria, o Vereador Paulo Robson afirmou que a urgência justifica-se não apenas pela demora do Relator Júnior do Povo em emitir pareceres, mas também pelo intuito de reparar um erro no que diz respeito a desvalorização do profissional, direito este que, de acordo com o Vereador, foi retirado por essa Casa. O Vereador Júnior do Povo expressou insatisfação com a forma como o orador que lhe antecedeu defendeu a matéria, alegando falta de argumentos técnicos. Destacou que é importante justificar a urgência com base em critérios objetivos, e não em críticas pessoais. Afirmou que não se sentiu ofendido, mas pediu mais coerência e respeito nos debates. Ressaltou ainda que, mesmo discordando de alguns prazos, sempre votou a favor da urgência quando considerou que o tempo era suficiente para a análise do projeto. A Vereadora Professora Ana Maria declarou voto favorável, reafirmando seu compromisso com os servidores públicos. Destacou que sempre apoiará medidas que beneficiem os trabalhadores, mencionando, inclusive, um requerimento de sua autoria solicitando o retorno das diárias para os motoristas que precisam se deslocar a outros municípios. Ressaltou a importância da celeridade na tramitação do projeto, argumentando que os direitos dos servidores já foram retirados anteriormente e que é urgente restituí-los. O Vereador Professor Deza Soares reafirmou sua posição de que, salvo em casos mais complexos — como a LDO, LOA, revisão da Lei Orgânica ou Regimento Interno —, não vê necessidade de prazos superiores a 15 (quinze) dias para emissão de pareceres. Ressaltou, no entanto, que em situações com grande volume de matérias, é importante considerar a carga de trabalho do relator. Concluiu afirmando que, não havendo esse acúmulo, continuará apoiando os pedidos de urgência. Em aparte, o Vereador Júnior do Povo afirmou concordar com a fala do Vereador Professor Deza Soares e destacou a importância do compromisso com os prazos na comissão. Explicou que, em determinadas situações, poderia solicitar vistas de um projeto, o que, somado ao fato de a comissão ter apenas dois votos e o Presidente não votar, poderia atrasar o andamento das matérias. No entanto, ressaltou que não tem agido com essa intenção. O Vereador Professor Nonato declarou ser favorável e afirmou que com a posterior votação do projeto, haverá a oportunidade de corrigir erros do passado. Destacou que decisões legislativas não devem prejudicar os cidadãos e ressaltou que, no caso das diárias, trata-se de uma garantia, e não de um benefício. Contudo, criticou a falta de agilidade do Executivo para resolver pendências salariais de servidores contratados, especialmente os que ainda não receberam o pagamento de dezembro. Ressaltou que há recursos disponíveis, conforme declarado pelo secretário de educação, e cobrou prioridade para os compromissos com os trabalhadores. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos Parlamentares presentes. Item 6: Parecer nº 024/2025, da Comissão Permanente, referente ao Projeto de Lei nº 008/2025, de autoria do Vereador Valmir Brasil, que dispõe sobre a criação do Hino e da Bandeira do Distrito do São Romão. Após a leitura do parecer favorável pela admissibilidade, o Relator Júnior do Povo parabenizou o autor da matéria pela propositura, registrando que mudaria algumas coisas, como a inclusão da palavra “quilombola” no hino, porém, não o fez. Registrou ainda que a iniciativa fortalece a cultura e enaltece a história do único Distrito que o município possui. Passando a Presidência para o Vice-Presidente Professor Deza Soares para fazer a defesa da matéria, o Vereador Valmir Brasil agradeceu à comissão permanente pela agilidade na tramitação do projeto e destacou que o Distrito de São Romão completará 61 (sessenta e um)



anos em 2 (dois) de maio. Mencionou o poeta Thiago Cardoso, autor da letra do hino do Distrito e antigo morador da comunidade da Bananeira. Explicou o simbolismo das cores da bandeira: branco (cal), azul (águas da nascente) e verde (natureza), e das três estrelas, que representam os três quilombos da região. Concluiu afirmando que a aprovação do projeto valoriza ainda mais o Distrito de São Romão. Na discussão da matéria, o Vereador Professor Deza Soares parabenizou o autor da matéria pela iniciativa e destacou a importância do projeto para a população do Distrito, registrando suas felicitações e apoio à propositura. O vereador Professor Nonato afirmou ser uma honra debater o tema, relembrando sua transferência para trabalhar no São Romão em 2014 (dois mil e quatorze), onde passou parte do período de sua carreira profissional e permaneceu até 2016 (dois mil e dezesseis). Ressaltou ainda o acolhimento recebido pela comunidade, considerando esse período como um dos melhores de sua trajetória como professor. O Vereador Valmir Brasil fez registro sobre a descoberta do dia do Distrito no período em que lecionou no São Romão, realizada pelo Vereador Professor Nonato, agradecendo a ele e também ao secretário Clécio e ao Dhony, que eram os gestores da escola nessa época. O Vereador Professor Nonato registrou que o trabalho realizado no ano de 2014 (dois mil e quatorze) não foi apenas seu como professor de história, mas também do Professor Dhony, a quem manifestou admiração e respeito. Reiterou que, mesmo com divergências políticas, o então Diretor Clécio e o então coordenador Dhony, se trataram como muito respeito e admiração. Os Vereadores Paulo Geaneo e Professora Ana Maria também parabenizaram o autor do projeto, enfatizando a relevância do reconhecimento à população local. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos Parlamentares presentes. Item 7: Requerimento nº 045/2025, de autoria do Vereador Professor Nonato, solicitando que as máquinas pesadas do município passem a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Transportes. Após a leitura da matéria, o autor da mesma registrou que a iniciativa surgiu diante do princípio da economicidade e da agilidade dos serviços públicos, pois, registrou que as máquinas pesadas requerem cuidados e são bens públicos que, ao exercício dos trabalhos, precisam de muita habilidade e agilidade. Assim, prosseguiu o Vereador, para que não se tenha os mesmos problemas acompanhados cotidianamente em anos anteriores, propõe a matéria. Afirmou ainda que a Secretaria Municipal de Transportes está montando uma oficina própria e, se as máquinas estiverem em outras secretarias, o processo de conserto poderá ser mais demorado. Na discussão da matéria, o Vereador Paulo Robson afirmou que aprendeu a justificar seus votos "baseados na razão", com motivações sólidas e, apesar de entender a solicitação e a justificativa, votará contrariamente baseando-se em pesquisas sobre as atribuições de cada secretaria. Segundo ele, a Secretaria de Transportes já tem como obrigação cuidar da manutenção dos veículos e auxiliar na organização da frota, mas não deve concentrar toda a responsabilidade pelos transportes municipais. O Vereador Júnior do Povo parabenizou o Vereador Professor Nonato pela propositura e afirmou que "não existe uma Secretaria de Transportes sem transportes". Acrescentou que, caso o pedido não seja aprovado e executado, isso indicaria que a secretaria teria sido criada apenas para "empregar a família Soares". Já o Vereador Professor Deza Soares se posicionou favoravelmente ao requerimento, destacando que a análise caberá ao Poder Executivo. Defendeu que, assim como as secretarias de Saúde e Educação possuem seus próprios veículos, a Secretaria de Transportes também pode ter, incluindo serviços mecânicos e logísticos. No entanto, ressaltou que o controle dos veículos deve permanecer com a secretaria de origem, como no caso da Educação, que deve contar com um coordenador para gerenciar a logística de transporte. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo obtido o seguinte resultado: Vereadores Júnior do Povo, Paulo Geaneo, Professor Deza Soares, Professor Nonato, Professora Ana Maria e Zé de Zuza: votos favoráveis. Vereador Paulo Robson: voto contrário. Matéria aprovada pela maioria. Item 8: Requerimento nº 046/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando informações a respeito do abastecimento de combustíveis da frota de carros e máquinas do município anterior à



homologação do Pregão Eletrônico nº 2025.01.16.1. Após a leitura da matéria, o autor da mesma registrou que já tem as informações no portal, porém, quer que o poder executivo faça os encaminhamentos. Registrou ainda que já há uma AGE sobre crime eleitoral e que o Juiz já solicitou o contrato do posto de combustível que ganhou a licitação no município. Reiterou que também deseja saber se o posto já prestava serviços antes do processo licitatório e quais os critérios adotados para a escolha do posto. Na discussão da matéria, o Vereador Professor Nonato registrou sua posição favorável, registrando ser um dever dos parlamentares acompanhar os processos. Esclareceu ainda que a matéria solicita informações, logo, busca dar mais transparência à governabilidade. Não havendo mais discussão sobre a matéria, a mesma foi posta em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovada pelos Parlamentares presentes. Após, a Secretária realizou as leituras do Item 9: Requerimento nº 047/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo, solicitando documentos relativos ao Pregão Eletrônico nº 2025.02.13.2, cujo objeto é a contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar da Rede Pública Municipal de Ensino e do Item 10: Requerimento nº 048/2025, de autoria do Vereador Júnior do Povo solicitando cópias integrais e detalhadas do Processo Licitatório nº 2025.02.20.1, que trata da contratação de empresa para prestação de serviços de locação e fretamento de veículos diversos para as Secretarias Municipais. Seguidamente, o autor das proposituras demonstrou estranhamento ao observar que uma empresa inicialmente vencedora com valor de R\$ 940.000,00 (novecentos e quarenta mil reais) para prestar o serviço de transporte escolar da rede de ensino básico do município, foi desclassificada, assim como outras 21 (vinte e uma) concorrentes, até que se chegasse à contratação da empresa PF Empreendimentos por R\$ 1.954.972,00 (um milhão novecentos e cinquenta e quatro mil e novecentos e setenta e dois reais), para a prestação do mesmo serviço. Informou ainda que essa mesma empresa venceu outra licitação para locação de transportes, totalizando quase R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) em contratos. Na oportunidade, questionou se essas licitações seriam "casadas". Após, as matérias foram postas em discussão e, não havendo, foram postas em votação através do sistema nominal de votação, tendo sido aprovadas pelos Parlamentares presentes. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente Valmir Brasil agradeceu a participação de todos os presentes e ouvintes, assessoria interna e externa e declarou encerrada a Sessão, determinando a lavratura dessa Ata que, após achada conforme, será aprovada e publicada. Sala das Sessões, 14 de abril de 2025.

Paulo Roberto Brito de Almeida

Francisco